

## POLÍTICA

Primeira etapa do Exame da Ordem acontece hoje. Página 7.

# “Julgamento foi um golpe”, dispara Jarbas

## OAB-PARÁ

Afastado do cargo, presidente da Ordem compara conselheiros federais a ditadores

GRAZIELLA MENDONÇA  
Da Redação

Afastado há uma semana do cargo de presidente da Ordem dos Advogados do Brasil seção Pará (OAB-PA), Jarbas Vasconcelos afirma que o julgamento que o depôs foi proveniente de um golpe. A polêmica envolvendo a tentativa de venda de um terreno da Ordem em Altamira para um conselheiro da OAB-PA resultou no afastamento de toda a diretoria da seccional, decidido no último domingo, 23, em uma sessão secreta do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Em entrevista a O LIBERAL, Jarbas Vasconcelos afirma que o processo que o tirou do cargo foi totalmente ilegal e motivado por interesses políticos. O advogado disparou críticas contra o presidente nacional da Ordem, o paraense Ophir Cavalcante Jr., e contra o jornal pertencente ao ex-deputado Jader Barbalho. Vasconcelos antecipou que vai recorrer à Justiça para reaver o cargo e acredita que, em menos de seis meses, será reconduzido à presidência da OAB-PA.

□ Como o senhor recebeu este afastamento?

■ Não há irregularidade na venda do terreno, porque sequer o terreno foi vendido. Essa é uma questão que qualquer pessoa, independentemente de ser advogado, compreende facilmente: houve uma venda de um imóvel anunciada e não concluída, uma venda que foi desfeita pela reunião da totalidade dos integrantes do nosso conselho seccional, por unanimidade. Resolvemos, portanto, em consenso, independentemente de grupo político, que aquela venda deveria ser desfeita, e assim se encerrar a contenda. A grande questão que se coloca a partir daí é totalmente de exploração política em que um grupo político da Ordem, mesmo tendo aprovado esta alienação, aprovado a venda ao comprador e depois concordado que o melhor para a instituição seria desfazer esta venda, esse mesmo grupo prossegue numa espécie de tapetão no Conselho Federal, porque foi liderado pelo presidente nacional da OAB [Ophir Cavalcante Jr.], lamentavelmente também um paraense, para fazer um julgamento político como foi o do dia 23. Um golpe de uma minoria contra uma maioria que exercia legitimamente o poder da Ordem.

□ Quem teria motivos para querer lhe ver longe do cargo?

■ Veja, eu queria dizer o seguinte: este ato [a tentativa de venda] do terreno não foi do presidente, não foi do secretário. Este ato foi feito a pedido do presidente da subseção de Altamira, que é advogado, corretor de imóveis... Se você for ao Google, vai encontrar lá: Otacilio Lino, representante do Creci [Conselho Regional



Jarbas Vasconcelos atribui seu afastamento da presidência da OAB-PA à existência de uma conspiração política

de Corretores de Imóveis] na cidade de Altamira - e ele é o presidente da nossa subseção em Altamira. Pessoa que foi indicada para este cargo de presidente e toda sua diretoria exatamente pelo doutor Ophir e doutor Evaldo [Evaldo Pinto, vice-presidente afastado da Ordem] quando compusemos com ele na eleição. Esta mesma pessoa que pediu a venda, que fez a avaliação do imóvel que estava aproximadamente R\$ 350 mil, ele mesmo se converte em denunciante.

Nós levamos esta matéria para o conselho seccional e ela foi aprovada à unanimidade por 23 conselheiros, no dia 7 de junho, e à unanimidade foi aprovada a venda no dia 29 de junho, por 29 conselheiros. Portanto, os conselheiros sabiam do preço, sabiam quem fez a avaliação, sabiam de quem foi a única proposta feita, que era de um conselheiro, e nada disseram que estava errado. Ninguém! Nenhuma dessas pessoas que hoje me denunciavam, nenhuma dessas pessoas que nos detratam disse nada. Mas, depois, denunciaram isso como imoral, como

ilegal, [um ato] para favorecer um conselheiro. Este conselheiro que fez a proposta, doutor Roberto Abdon D'Oliveira, ao ver o caso estampado naquilo que se tornou o Diário Oficial da OAB, que é o jornal Diário do Pará, três dias depois, disse: “Olha, se é pra constrianger a OAB, eu desisto da compra. Se o imóvel vale tanto quanto dizem, eu não quero, eu devolvo, peço o desfazimento”. E este ato, ao invés de ser visto como um ato de dignidade, ele prossegue. Foram mais de 50 matérias, manchetes, no jornal do senhor Jader Barbalho contra a OAB e contra o meu nome. E mesmo assim, esse grupo - que é uma minoria, repito - não conseguiu angariar a simpatia da nossa classe, da sociedade, dos

400 advogados que fazem parte do sistema OAB, Caixa de Assistência, Escola Superior de Advocacia, Tribunal de Ética, 42 comissões, 17 subseções... Eles não tiveram a solidariedade de ninguém. Eles sempre foram 19 e continuaram sendo 19. É por isso que eu digo: este processo é político. A venda foi desfeita, nenhum prejuízo trouxe à Ordem. A repercussão pública que houve, não houve! O que eles dizem que houve é a repercussão pública daquilo que é veiculado pelo jornal que nos faz oposição desde o ano passado, quando nós engrossamos a campanha Ficha Limpa, que é o jornal Diário do Pará. Aliás, a oposição feita por esse jornal não nos diminui, ao contrário, essa oposição nos orgulha, porque parte de interesses escusos.

□ Quais o senhor acredita que sejam as motivações deste jornal?

■ Primeiro, a campanha Ficha Limpa que nós levamos à frente, aqui na OAB, e, como consequência, a participação ativa no combate à corrupção eleitoral no ano passado, e que atingiu os interesses políticos eleitorais de seus proprietários. O segundo motivo foi a caminhada cívica exigindo a punição dos envolvidos nos escândalos de corrupção da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Aliás, vários desses nossos detratores do conselho são advogados dessas pessoas.

□ A sessão do pleno que decidiu sobre a intervenção, no último domingo, reuniu conselheiros de todo o País. O senhor acredita que houve articulação dentro do próprio Conselho para que fosse decidido pelo seu afastamento?

■ A intervenção é um instrumento da ditadura militar. Um instrumento da ditadura militar que, domingo, foi usado à forma de outro mecanismo da ditadura militar que tanto a OAB combateu, que é a sessão secreta. Foi feita uma sessão secreta atra-

vés de um instrumento autoritário, que é remanescente da ditadura militar, a intervenção. Ela era usada pelos militares para afastar adversários que lhe eram indesejáveis, seja de uma redação de um jornal, de um sindicato ou de um governo. Isto é vergonhoso para a nossa instituição. Na democracia, nós devemos resolver nossas diferenças de duas formas: no Judiciário ou no voto. O Conselho Federal preferiu acolher a ideia de dar um golpe em quem efetivamente estava exercendo o poder com competência, com dinamismo, defendendo bravemente a sociedade a coletividade, os direitos humanos e as injustiças sociais deste Estado.

□ Já foi impetrado recurso da decisão? Que elementos jurídicos o senhor pretende utilizar para retornar ao cargo?

■ Bem, nós iremos ao Judiciário. Esse processo foi absolutamente ilegal. Na OAB, nós sempre lutamos pelo fim das sessões secretas, do voto secreto e do processo inquisitório. Se você for ler o acórdão deste processo, ele inicia dizendo que ele é de “natureza inquisitória”. A Constituição não conhece este processo de natureza inquisitória! A todo processo administrativo é assegurada a ampla defesa e ao contraditório. A ampla defesa quer dizer a possibilidade de ser ouvido sobre todos os fatos, de acompanhar todos os trâmites do processo. Isso é contraditório e ampla defesa. Nós fomos surpreendidos com uma comissão de sindicância quando já não havia mais nada a apurar, tudo já estava absolutamente esclarecido a mando do conselho federal da OAB, em que fomos convidados a depor. Não tivemos o direito de ouvir o depoimento daqueles que depuseram contra nós. Verdade! Nós não tivemos o direito de arrolar testemunhas. Não nos comunicaram do encerramento dessa comissão de sindicância - ela simplesmente colheu provas sem

nos chamar. Esse processo é passional, dirigido a atingir politicamente a estabilidade, a governabilidade da OAB do Pará. Este processo foi feito sob encomenda - repito, dirigido. Portanto este processo é nulo do início ao fim. É uma vergonha, é uma história triste que está sendo contada.

□ Houve um racha dentro da OAB ou uma divisão que já existia ficou explícita?

■ Eu acho que não houve um racha. Racha é um processo político em que se vai fomentando uma divergência. O que eu acho que houve foi um golpe, uma arapuca. Aqueles que aprovaram o processo, ao perceberem que poderiam nos atingir, se converteram em detratores da noite para o dia. Então, não acho que seja um racha. É um golpe.

□ Falando sobre o caso da venda do terreno, que foi o que gerou toda a polêmica e provocou a intervenção da OAB no Pará: o senhor acredita que a OAB cometeu algum erro nessa história?

■ Olha, se a OAB cometeu algum erro sobre a avaliação do valor do terreno, quem cometeu esse erro foi o presidente da subseção de Altamira, aliado do Dr. Ophir. Se a OAB cometeu o erro de ter permitido a alienação deste terreno para um conselheiro, este erro foi sancionado por todos e esse erro foi corrigido à unanimidade do conselho. Portanto, uma coisa é erro, outra coisa é dolo, outra coisa é favorecimento, outra coisa é corrupção. Outra coisa é falta disciplinar. Erro político? Veja bem, eu quero revelar que, em determinado momento do julgamento do relator disse: “esse processo de intervenção é um processo político”. Então, eu estou sendo capeado do poder

por um erro político.

□ Qual sua avaliação sobre a postura de Ophir Cavalcante em relação ao caso?

■ Eu já disse isso e vou lhe dar mais um exemplo: assim que a votação foi concluída, os partidários do doutor Ophir, como a ex-presidente Angela Serra Salles, gritavam que “não era este o acordo”. Qual era o acordo? Era que essa cassação retirasse da direção da OAB... Que essa intervenção retirasse apenas eu e o doutor Alberto. E que os outros diretores permanecessem. Esse é o acordo político. Isso é vergonhoso. Porque, se era um julgamento, a política deveria ficar lá fora. A política tem um limite, que é o devido processo legal. A política tem um limite, que é o respeito às normas estabelecidas. Este golpe foi negociado. E o doutor Ophir quer me excluir da advocacia porque eu tentei vender um terreno e não consegui. Mas ele, quando presidiu a OAB-PA, mandou demolir a sede que existia nesse terreno sem a autorização de ninguém, fato que só foi revelado agora pelo professor Edilson Silva, ex-presidente da Ordem. Se o doutor Ophir quer me excluir, o que deve acontecer então com ele? Eu vou fazer uma representação no Conselho sobre isso junto com o professor Edilson Silva.

□ Em carta enviada aos advogados do Pará, o senhor afirma que recebeu um “patrimônio falido”

e que sabia o risco que corria desde o início, por ter cortado “regalias” que eram concedidas dentro da Ordem há anos. Explique esta situação.

■ Quando nós chegamos à Ordem, ela estava atolada em dívidas. Eu, no momento certo, vou entregar para a imprensa e para a junta interventora o resultado de levantamentos que nós fizemos em relação às contas da gestão passada. E, quando vocês olharem, vocês vão perceber quem são os honestos, quem são os desonestos; quem são os competentes, quem são os incompetentes. Nós recebemos a Ordem com uma dívida de quase R\$ 2 milhões e entregamos a Ordem dia 31 de dezembro de 2010 com R\$ 172 mil em caixa. Ou seja, nós administramos a OAB com competência, com muito rigor, de forma espartana. As contas de telefones celulares chegavam, na gestão passada, a R\$100 mil por mês. Havia o uso de cartões corporativos para compras, viagens ao exterior, bares, restaurantes...

□ O senhor acredita que voltará a assumir o cargo de presidente dentro de seis meses?

■ Não, eu acredito que vamos conseguir reverter essa situação muito antes. Eu acredito em um Judiciário independente, forte, acredito no princípio do juiz natural, imparcial, isento. Creio que qualquer juiz, ao apreciar estes fatos que são assombrosos, que são violentos, esse juiz certamente nos reconduzirá à direção da OAB.

“ Este processo foi feito por encomenda. Repito, dirigido. Portanto, nulo ”

“ Quando nós chegamos à Ordem, ela estava atolada em dívidas de quase R\$ 2 mi ”

“ Nós iremos ao Judiciário. Esse processo foi absolutamente ilegal, foi inquisitório ”